

A dívida no próximo decênio

A.M. PIMENTA NEVES
Enviado especial

LONDRES — Para o presidente do Banco da França, Michel Camdessus, "nações são como pessoas: o diálogo entre elas pode mudar e melhorar tudo".

Essa foi uma das últimas afirmações de seu discurso no primeiro dia da conferência promovida pelo BID e pelo Herald Tribune sobre o tema "Além da Crise da Dívida — América Latina: Os próximos 10 Anos". A conferência durou dois dias, segunda e terça, e reuniu aproximadamente 250 autoridades financeiras e banqueiros internacionais. Seu objetivo foi exatamente promover o diálogo em cujas virtudes o sr. Camdessus acredita.

Pode ser que os participantes venham a colher resultados até insuspeitados dentro de algum tempo, mas o que se percebeu foram as diferenças que ainda permanecem entre as posições de alguns dos principais atores do mundo das finanças. As diferenças não são meramente semânticas, são conceituais e profundas. Nem mesmo a palavra crescimento tem o mesmo significado. Para um dos lados vem sendo acompanhada de outra palavra mágica: sustentado.

Objecções

Oradores do mundo industrializado, como o próprio Camdessus e o influente banqueiro alemão Werner Blessing, fizeram objeções ao título da conferência. O francês observou que alguém precisa ser muito ambicioso e otimista para ousar falar sobre o fim da crise da dívida. Para o diretor do Deutsche Bank, é cedo demais para se falar numa estratégia para depois da crise.

Quem leu o discurso do ministro das Finanças do México, Silva-Herzog, publicado terça-feira por este jornal, poderia pensar que é, pelo menos em alguns trechos, a versão refletida num espelho da exposição do ex-ministro colombiano Eduardo Wiesner, hoje diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional. Muito do que Silva-Herzog considerou negativo, Wiesner e outros saudaram com quase entusiasmo. Pelo menos Wiesner procurou ser didático

e razoável, revelando aquela "neutralidade" que Blessing admira no FMI.

Examinando a América Latina como um todo — inicialmente, da eclosão da crise financeira em 1982 até 1984 —, o diretor do Fundo julgou positivos os acontecimentos em quatro áreas: o ajustamento fiscal, o ajustamento externo, a situação econômica mundial e a cooperação internacional. Argentina, Brasil, México, Venezuela, Equador, Costa Rica e Uruguai reduziram para menos da metade os déficits não-financeiros do setor público como porcentagem do Produto Interno Bruto, em função de cortes das despesas e aumento das receitas, disse.

O fortalecimento de sua posição fiscal contribuiu substancialmente para melhorar o balanço de pagamento da região, continuou. O déficit de conta corrente, que em média havia sido de US\$ 43 bilhões por ano em 1981 e 82, caiu para menos de US\$ 10 bilhões em 84 e 85. Em 1984, o déficit de conta corrente do Brasil foi de apenas US\$ 300 milhões, o da Argentina de US\$ 2,5 bilhões e o México teve um superávit de US\$ 4 bilhões. Embora o ajuste de 82 e 83 tenha resultado principalmente de uma compressão das importações, nos dois anos seguintes elas aumentaram em volume.

Wiesner lembra também que a recuperação na região começou em 1984. Além disso, desde o início da crise, houve séria colaboração entre as partes, observa, e os bons resultados comprovam os méritos da estratégia aplicada e a resistência do sistema financeiro internacional.

Tortuoso

Mas o caminho que ainda resta percorrer é tortuoso, disse Wiesner. A vitalidade da expansão nos países industrializados diminuiu. Os empréstimos bancários aos países em desenvolvimento somaram apenas US\$ 1 bilhão na primeira metade de 1985. Depois de terem elevado sua *exposure* na região em cerca de US\$ 1,7 bilhão na primeira metade de 1984, os bancos a reduziram em cerca de US\$ 800 milhões na primeira metade de 1985.

Wiesner considera desejável que os bancos reduzam o ritmo de expansão de sua *exposure* na América La-

tina em relação aos níveis de 1980 e 1981, mas julga a freada excessiva. Se isso continuar em 1986, representará ameaça séria aos esforços de ajustamento da região (há sinais, entretanto, de que a tendência mudou). Já em maio do ano passado, muito antes de o secretário do Tesouro, James Baker, apresentar sua proposta em Seul, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, havia afirmado: "Quando os programas de ajustamento são implementados com coragem e tenacidade, é essencial que os credores demonstrem compreensão e realismo em relação aos devedores".

Mas Wiesner se preocupa também com a perda de entusiasmo que alguns devedores demonstraram na aplicação de seus programas de ajustamento em 1985. Isso se reflete, disse, na persistência de altos déficits fiscais, altas taxas de inflação e na redução da poupança interna.

Entretanto, para que esses países consigam crescer e sustentar seu crescimento, na opinião de Wiesner, é essencial que adotem políticas internas corretas. Como não poderão contar com poupança externa no mesmo nível de antes, terão de fomentar a poupança interna. Para isso, é preciso manter taxas cambiais e de juros realistas. É necessário ainda, afirmou, que os gastos públicos não absorvam proporção muito alta dessa poupança, a fim de que sobrem recursos para os investimentos do setor privado.

Exportar é importante, continua Wiesner com sua lição, porque é um dos pilares da estratégia que combina ajuste com crescimento econômico. As exportações formam um sólido vínculo entre produção e eficiência e melhoram a posição externa do país, disse. Mas o aumento das exportações deve resultar de uma economia que está crescendo em função de uma alocação mais eficiente de recursos. Assim, continuou, deve-se adotar política comercial liberal que restaure a competitividade e favoreça essa alocação de recursos mais eficiente.

Plano Baeky

Analisando a proposta de Baker, Wiesner observa que corretamente enfatiza o lado da oferta na equação

do crescimento. A proposta admite, explica ele, que pode haver algum crescimento a partir de medidas e políticas que meramente restauram o equilíbrio externo (como a mudança da taxa de câmbio, por exemplo) mas se as autoridades também desejam sustentar a expansão e reduzir substancialmente a inflação, têm de eliminar a rigidez estrutural do lado da oferta. Para remover as ineficiências internas, um governo tem de liberalizar o comércio internacional, liberar os juros, promover a poupança e impedir que os salários disparem. Nesse sentido, afirmou, a proposta de Baker, tal como evoluiu, representa um desafio mais sério para os governos.

Enquanto o FMI aponta o dedo acusador para os dois lados, os representantes das nações credoras tendem a salientar os aspectos negativos das políticas dos devedores já mencionados por Wiesner. Robin Leigh-Pemberton, presidente do Banco da Inglaterra, acha que esses países têm de ampliar a confiança dos investidores em suas economias. Seu próprio banco concluiu, num estudo, que houve evasão de pelo menos US\$ 80 bilhões da América Latina entre 1981 e 1984. Isto é "virtualmente toda a dívida que a América Latina contraiu nesses quatro anos pode ser vista como tendo sido usada, para efeitos práticos, direta ou indiretamente, para financiar a fuga de capitais".

Por isso, disse, embora dêem apoio à iniciativa de Baker, os bancos britânicos "esperam que se faça mais para prevenir que os novos empréstimos simplesmente facilitem a fuga de capitais da América Latina".

O alemão Blessing demonstrou a mesma preocupação com a fuga de capitais resultante de políticas que não estimulam a confiança dos investidores. E o sueco Peter Wallenberg, primeiro vice-chairman do Skandinaviska Enskilda Banken, ao tocar no problema, disse: "Simplesmente imagine que, sem a fuga de capitais, a dívida externa do México e da Argentina corresponderia a apenas metade do tamanho atual e um país como a Venezuela não teria dívida externa".

Wallenberg é um dos que não acreditam na possibilidade de que haja aumento substancial dos investimentos estrangeiros na América Latina a curto prazo, fora da área de substituição das importações.